

**SECRETARIA EXECUTIVA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA****CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

Criado pela Lei Municipal nº 5.175 de 20 de junho de 2022, alterada pela Lei Municipal nº 5.328 de 10 de abril de 2024.

**RESOLUÇÃO 002/2026**

**O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMPED**, por decisão dos seus membros, em conformidade ao que determina o Art. 33º, Item V, de seu Regimento Interno, vem por meio da presente resolução tornar público o Relatório de Atividades referente ao exercício do ano de 2025, aprovado em plenária na 36ª Reunião Ordinária, realizada no dia 14 de janeiro de 2026.

**RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES – EXERCÍCIO 2025****1. Principais deliberações adotadas em 2025**

Ao longo do exercício de 2025, o COMPED concentrou suas deliberações em decisões estruturantes para o fortalecimento institucional, organização interna e aplicação de políticas públicas. Destacam-se as principais decisões:

- Aprovação do calendário anual de reuniões ordinárias, com posterior adequação de datas, horários e formato (presencial, itinerante e virtual), visando maior participação e acessibilidade (Resolução nº 003/2025);
- Instituição e composição das Comissões Permanentes (Justiça e Cidadania; Políticas Públicas Intersetoriais; Contas Públicas e Fiscalização; Revisão do Regimento Interno), com definição formal de competências e demandas prioritárias (Resolução nº 004/2025 e Resolução nº 010/2025);
- Deliberação sobre representatividade da OAB no Conselho, com aprovação de representantes mediante votação plenária (Resolução nº 011/2025);



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

**Criado pela Lei Municipal nº 5.175 de 20 de junho de 2022, alterada pela Lei Municipal nº 5.328 de 10 de abril de 2024.**



- Adoção do modelo de reuniões itinerantes, aproximando o Conselho dos territórios e das OSCs que atuam com pessoas com deficiência;
- Aprovação de Nota de Repúdio ao Veto ao PL nº 5.332/2023, relacionado à reavaliação periódicas de pessoas com deficiências permanentes no INSS;
- Aprovação da Resolução que estabelece normas para os Registros das OSCs junto ao COMPED, após análise jurídica da PGM e deliberação plenária unânime (Resolução nº 015/2025)

## 2. Progresso das metas institucionais

Ao longo do ano, o COMPED apresentou avanços relevantes nas seguintes frentes estratégicas:

## 2.1. Fortalecimento institucional e normativo

- Publicação de resolução disciplinando o funcionamento das Comissões;
- Consolidação de regras claras para o registro e certificação de OSCs.

## 2.2. Ampliação da atuação territorial

- Implementação de reuniões em OSCs e territórios periféricos;
- Construção a proposta “Conselho nos Bairros”, com escuta qualificada da população.

### 2.3. Incidência em políticas públicas intersetoriais

- Atuação contínua nas pautas de transporte acessível, mobilidade urbana, acessibilidade em equipamentos públicos e eventos;
- Articulação com secretarias municipais (SEPCD, SED, SETRAN, SETRE, SECULT, SAS).

## 2.4. Promoção da acessibilidade comunicacional

- Enfrentamento recorrente à ausência de intérprete de LIBRAS em eventos oficiais;
- Encaminhamentos para soluções estruturadas via Comissões.

## 2.5. Transparência e controle social

- Discussões iniciais sobre o papel do COMPED na gestão e acompanhamento do Fundo Municipal (FUMPED);
- Reforço do papel fiscalizador mediante denúncias formalizadas;
- Participação em movimento voltado à garantia dos direitos das pessoas com deficiência, especial no que se refere à facilitação da aquisição de automóveis adaptados, por meio de articulação com empresas, instituições sociais e incentivo à participação popular.



## **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

**Criado pela Lei Municipal nº 5.175 de 20 de junho de 2022, alterada pela Lei Municipal nº 5.328 de 10 de abril de 2024.**



### **3. Principais Desafios Identificados**

No decorrer do exercício de 2025, foram identificados desafios estruturais e operacionais que impactaram a atuação do Conselho, dentre os quais destacam-se:

- Dificuldades deliberativa por ausência de quórum, especialmente nas vagas em vacância da sociedade civil.
- Déficits de acessibilidade urbana e de transporte, impactando diretamente o direito de ir e vir da pessoa com deficiência e na plena participação nas reuniões presenciais e itinerantes do Conselho.
- Falta de intérpretes de LIBRAS em eventos oficiais, evidenciando falhas institucionais na comunicação acessível.
- Fragmentação dos serviços voltados à pessoa com deficiência, distribuídos entre secretarias sem coordenação central.
- Limitações normativas sobre o papel do Conselho na fiscalização direta, exigindo articulação constante com o Executivo.
- Carência de dados consolidados e diagnóstico municipal da população com deficiência, dificultando planejamento de políticas públicas.

### **4. Ações definidas para desenvolvimento das Comissões**

#### **Comissão de Justiça e Cidadania**

Atuar na análise e encaminhamento de propostas estruturantes, com destaque para o projeto de política pública de implantação de trabalho 100% home office para pessoas com deficiência e o plano de ação voltado à ampliação de atendimento especializado (TEA e Síndrome de Down). Atualmente as propostas encontram-se em fase de estudo e articulação com órgãos competentes.

#### **Comissão de Políticas Públicas Intersectoriais**

Responsável pelo acompanhamento das demandas relativas à acessibilidade urbana, transporte público, benefício BEM Especial, acessibilidade comunicacional (LIBRAS) e articulação com secretarias municipais. Grande parte das tratativas permanece em andamento, dependendo de devolutivas do Executivo.



## **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

**Criado pela Lei Municipal nº 5.175 de 20 de junho de 2022, alterada pela Lei Municipal nº 5.328 de 10 de abril de 2024.**



### **Comissão de Contas Públicas e Fiscalização**

Terá atuação concentrada na discussão inicial sobre o papel do COMPED no acompanhamento do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (FUMPED) e na análise do alcance do papel fiscalizador do Conselho.

### **Comissão de Revisão do Regimento Interno**

Contribuirá para esclarecimentos regimentais e debates normativos, especialmente relacionados a quórum, processos de votação e composição do colegiado

## **5. Considerações Finais**

O exercício de 2025 consolidou o COMPED como instância ativa, propositiva e fiscalizadora, com avanços importantes na organização interna, regulamentação de procedimentos e aproximação com a sociedade civil. Os desafios identificados reforçam a necessidade de fortalecimento da participação social e ampliação da articulação intersetorial.

Documento assinado digitalmente:  
**gov.br** LUIS FERNANDO GARCIA  
Data: 14/01/2026 19:29:15-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**LUÍS FERNANDO GARCIA**  
**Presidente**